

Revista Brasileira de Agroecologia
Rev. Bras. de Agroecologia. 5(2): 50-64 (2010)
ISSN: 1980-9735

Transição para agricultura de base ecológica: um processo social

Transition to an ecologically-based agriculture: A social process

PACÍFICO, Daniela A.¹; SOGLIO, Fábio Kessler Dal ²

¹ Ministério do Desenvolvimento Agrário/ MDA, Brasília/DF, Brasil, danisociais@yahoo.com.br

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre/RS, Brasil, fabiods@ufrgs.br

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar o projeto de transição para uma cafeicultura orgânica que foi realizado em duas comunidades rurais no norte do estado do Paraná, em 2003. A partir da pesquisa de campo e das consultas bibliográficas sobre a Agroecologia e a perspectiva teórica orientada pelo ator (POA) constatou-se que o método de transição, ao se utilizar de um modelo preestabelecido de atividades de transição, impossibilitou a participação do ator social e não contribuiu com o processo de empoderamento desses agricultores acerca da nova cafeicultura que se estabelecia. É destacado que, para o processo de transição ter se dado por completo não apenas o método foi determinante, mas, sobretudo, as conseqüências geradas por ele ainda no decorrer da transição, como, por exemplo, o negligenciamento com as regras e normas sociais da comunidade; a inserção na lógica dos selos de certificação; e, a perspectiva motora de comercialização com a rede de comércio justo e solidário com a França. Conclui-se que caso se pretenda utilizar métodos de transição já utilizados em outros projetos de desenvolvimento rural voltado para a agricultura de base ecológica, necessariamente esse método deve ser reelaborado e ressignificado com o novo grupo de atores para inclusão das suas especificidades e suas questões mais relevantes. O método de transição deve buscar ainda a transição agroecológica do agroecossistema, sem tempo determinado para começar e terminar, e visando o funcionamento harmônico de homem e natureza na arte de fazer agricultura.

PALAVRAS-CHAVE: cafeicultura orgânica, agroecologia, atores sociais, desenvolvimento rural, metodologias participativas, transição orgânica, sociologia rural.

ABSTRACT: The current article aims at analyzing the project of transition towards an ecologically-based coffee farming which was carried out in two rural communities in the north of Paraná state in 2003. From the field and bibliographical researches on Agroecology and the theory perspective oriented by the actor (POA), it was seen that the transition method, by making use of a pre-established model of transition activities, made it impossible for the social actor to take part in it and did not contribute to the empowering process of these farmers regarding the new coffee farming being established. It is highlighted that, in order for the transition process to be concluded, not only the method was key, but, above all, the consequences generated by it still during the transition, such as, for instance, the neglect of the community's rules and social norms; the adherence to the logic of certification seals; and the only possibility of doing business with the fair trade network in France. It is concluded that, in case one intends to use the transition methods already used in other rural development projects towards ecologically-based agriculture, this method must be elaborated and discussed again with the new group of actors in order to include their specificities and most relevant issues. The transition method must also seek the agroecological transition of the agroecosystem, with no established time to start and finish, while aiming at the seamless work between man and nature in the art of farming.

KEY WORDS: organic coffee farming, agroecology, social actors, rural development, participative methodologies, organic transition, rural sociology.

Correspondências para: danisociais@yahoo.com.br

Aceito para publicação em 06/07/2010

Introdução

A crise na agricultura brasileira e, em especial, onde a agricultura familiar está associada a produtos de exportação e a “commodities”, como é o caso do café, se evidencia por meio de problemas sociais, ambientais e econômicos. A proposta agroecológica de mudança de modelo de produção com ênfase na valorização do desenvolvimento endógeno, no aumento da receita líquida pela redução de custos, na agregação de valor aos produtos e na adoção de práticas agrícolas ecologicamente adequadas, aparece, então, como uma forma segura de enfrentamento dessa crise e tem sido adotada por inúmeros projetos apoiados em diferentes políticas públicas governamentais ou de organizações não governamentais.

No entanto, muitas dessas políticas públicas repetem os mesmos métodos adotados no passado, quando a modernização acelerada da agricultura brasileira se iniciou apoiada no tripé “pesquisa-extensão-crédito” com a adoção de processos diretivos de transferência de tecnologias (DAL SOGLIO et al., 2006). Muito embora, em teoria, a transição agroecológica deva estimular a busca de autonomia e a participação das comunidades locais reforçando a capacidade de agência dos agricultores familiares, os projetos de desenvolvimento vigentes reproduzem a estratégia de transferência de tecnologia, mesmo que disfarçados de “participativos”, e reforçam, assim, a dependência e a transferência de pacotes tecnológicos. Acabam por não atingir suas metas justamente por não considerarem a perspectiva dos atores, o seu *habitus* e os seus conhecimentos sobre os agroecossistemas locais.

Neste artigo, será analisada a experiência de agricultores familiares de duas comunidades em Lerroville, distrito de Londrina, norte do estado do Paraná, que, estimulados pelo Projeto Café de Lerroville (PCL), com apoio de instituições estaduais e recursos federais, se empenharam na transição para uma cafeicultura orgânica, visando

à comercialização de um produto diferenciado por intermédio da rede francesa de comércio justo e solidário - ligada ao jornal *Le Monde Diplomatique*. Nesse projeto, os agricultores das comunidades rurais Laranja Azeda e Limeira visualizaram, na adoção do sistema orgânico de produção, a superação das dificuldades de produção e comercialização de café e a oportunidade de melhoria de condições de vida e garantia da reprodução social familiar.

Entretanto, em razão da não concretização de suas expectativas com a transição e após dois anos do início da transição para a cafeicultura orgânica, a maioria dos agricultores se afastou do projeto e retomou práticas convencionais de produção ou migrou para a cidade. Desse modo, o PCL tornou-se uma experiência frustrada de transição no município e na região, e um caso interessante a ser estudado na perspectiva de identificar as condições que levaram o projeto a um desdobramento inesperado por todos os envolvidos.

A questão central aqui é compreender como a metodologia de transição para definiu o envolvimento dos atores sociais e o desenvolvimento do Projeto Café de Lerroville (PCL). Busca-se discutir essa questão com base na Perspectiva Orientada pelo Ator de Norman Long e Van der Ploeg, e entender os impasses e os conflitos criados pela estratégia de transferência de tecnologias na transição e suas implicações sociotécnicas e econômicas. Procura-se ainda compreender as motivações de retorno ao manejo convencional e as migrações para a cidade.

Por conseguinte, a hipótese diz respeito aos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais das comunidades, que, negligenciados pela metodologia de transição empregada, acabaram por gerar incompatibilidades de interesses e de conhecimentos no processo de

transição. Dessa forma, a hipótese indica que no método de transição residiram as incompatibilidades da mudança de sistema de produção em razão do enrijecimento das ferramentas metodológicas perante os estilos de agriculturas existentes em Lerroville, as necessidades dos agricultores, o tempo determinado para a transição e a não apropriação do processo de transição por estes.

Para os desdobramentos dessa discussão, propõem-se quatro eixos temáticos: i) o resgate da história e do modo de vida das comunidades rurais estabelecidas sob a égide cafeeira e os principais elementos de crise da cafeicultura na região estudada; ii) a proposta de desenvolvimento rural do Projeto Café de Lerroville e as formas de participação; iii) a abordagem teórico-metodológica da Agroecologia associada à Perspectiva Orientada pelo Ator; e, por fim, iv) as contradições da transição para uma agricultura orgânica.

Remanescentes da história do café no Paraná

Na história do Brasil, a cafeicultura é remetida ao sinônimo de riqueza, latifúndio, progresso, concentração de terras, migração de famílias, exportações e aquecimento da economia brasileira. Praticamente os mesmos sinônimos podem ser citados quanto ao papel do ciclo da cana-de-açúcar, da borracha, do cacau, do charque, da erva-mate, da madeira e, mais recentemente na história brasileira, dos grãos: soja e milho. Esses ciclos são definidos como os grandes ciclos produtivo-econômicos da história brasileira. Contudo, são efêmeras as discussões sobre os atores sociais remanescentes desses processos produtivo-econômicos. A questão que se faz, em relação a esse tema, é de como os grupos sociais rurais menos empoderados, que deles participaram ressignificam (ram) seus papéis e suas experiências como grupos na sociedade. Os agricultores de Lerroville expressam essa participação na história da cafeicultura e no

processo histórico do ciclo do café por meio dos relatos das histórias de vida, que, muito embora hoje esteja ressignificada em suas memórias anunciam seus papéis protagonistas na história local.

Os remanescentes dos grandes processos históricos rurais e agrícolas criaram mecanismos de sobrevivência e de reprodução social também atrelados às mudanças tecnológicas dos períodos históricos. Porém, compreender o que nos grupos sociais se rompeu e o que permaneceu sugere o entendimento de como se iniciaram os ciclos produtivo-econômicos regionais e quais seus potenciais elementos de crise e declínio. No caso do Norte Novo do Paraná, o café, denominado de ouro verde, tem sua expressão na década de 1950 e início da década de 1960, período que o setor cafeeiro paranaense desloca-se do Norte Pioneiro¹ para o Norte Novo, impulsionando a migração de famílias e abertura de novas terras, (ARIAS, 1998).

Embora a colonização do Norte Novo tenha se iniciado na década de 1930, é na década de 1950 que o movimento migratório para a região efetivamente acontece e impulsiona a produção cafeeira (ALMEIDA, 1997). O fluxo migratório estabeleceu, além do início das pequenas propriedades rurais, a oferta de mão de obra para as grandes lavouras estabelecidas e em formação (BOLOGNESI, 2003). Essa cafeicultura, inspirada nas fazendas de café do Norte Pioneiro e nas grandes lavouras paulistas, molda-se ao modelo de colonização da região por estimular a produção de café nos latifúndios e nos minifúndios e também por estabelecer padrões modernos de produções (ALMEIDA, 1997).

Nas décadas de 1970 e 1980, no Norte Novo, o café foi o cultivo permanente mais utilizado na região e, mesmo já tendo iniciado seu processo de declínio na economia, ainda era o cultivo mais favorável à dinâmica social estabelecida pelo processo migratório. Cabe mencionar que, nessas

décadas, praticamente todas as famílias encontradas durante a pesquisa de campo nos bairros rurais de Lerroville já estavam produzindo café no distrito; significando e se constituindo como cafeicultores, e construindo, assim, a história do Norte Novo.

Na década de 1980, com a emergência de novos setores agropecuários, há uma modificação da lógica produtiva no Norte Novo. A industrialização da agricultura e a emergência de setores produtivos mecanizados e demandantes de pouca mão de obra, associadas a outros fatores, definiram o declínio do setor cafeeiro no Norte Novo logo no início dos anos 80, fato que estimula o êxodo das famílias rurais para os centros urbanos.

Os fatores climáticos adversos também influenciaram o declínio da cafeicultura, especialmente no Norte Novo e no oeste do estado de São Paulo no início da década de 1970. A geada de 1976 arrasou os cafezais e comprometeu as safras seguintes. Essa intempérie também comprometeu a lógica reprodutiva e a dinâmica familiar dependente da cafeicultura. Esse fato acentua a situação que já vinha delicada para os cafeicultores em razão da contínua queda dos preços do café brasileiro no mercado nacional e internacional, nos anos anteriores, por causa de safras acumuladas e de aos preços baixos do concorrente café colombiano (PADIS, 1981).

Contudo, a incorporação dos símbolos da modernidade pelos pequenos sítios de Lerroville não foi suficiente para inseri-lo na dinâmica de uma agricultura mecanizada e moderna, todavia esta incorporação também não o distanciou suficientemente para inseri-lo na lógica de uma agricultura ecológica (DAROLT, 2000). Atualmente, a pequena cafeicultura continua a esbarrar em dificuldades, agora com mais limitantes porque o agricultor é mais dependente de tecnologias exógenas. Como se não bastasse

à limitação de acesso a mercados, produtividade dispendiosa devido a necessidade de contratação de mão de obra, preços baixos por sacas, safras bianuais, problemas de saúde em razão do uso de agrotóxicos, etc., os agricultores de Lerroville, em especial, ao se sentirem conduzidos pela lógica da agricultura industrializada assumiram a proposta da cafeicultura orgânica como a oportunidade que lhes foi negada até então.

Em 2003, os agricultores de Lerroville visualizaram a possibilidade de redução de dependência dos insumos industrializados por meio do Projeto Café de Lerroville. Esse projeto entusiasmou os agricultores por apresentar-se como a oportunidade que precisavam para diferenciar a comercialização e a renda familiar. Comercializar por meio de comércio justo solidário se mostrou rentável e fez aumentar a expectativa pela fundação de uma minitorrefadora para processamento do café, que já vinha sendo encaminhada pela cooperativa. Torrar, moer e empacotar o café produzido ali agregaria valor ao produto orgânico e geraria empregos para os familiares dos agricultores.

O Projeto Café de Lerroville visou à inserção das associações de cafeicultores de Lerroville na rede de comércio justo solidário. Para isso, os cafeicultores foram organizados na Cooperativa Agroindustrial Solidária de Lerroville (COASOL), com o objetivo de facilitar a comercialização, o processo de transição orgânica e as certificações. A cooperativa teve início com 47 agricultores pertencentes a duas associações de cafeicultores já existentes, uma na comunidade Limeira (ACAL - Associação de Cafeicultores da Água da Limeira) e a outra na comunidade Laranja Azeda (APRALA - Associação de Produtores da Água da Laranja Azeda) (ALMEIDA, 2005).

O projeto foi a primeira ação de desenvolvimento rural especificamente voltada para as comunidades rurais acima citadas e incitou uma expectativa de resultados múltiplos

em torno da transição para o café orgânico. O PCL, através de suas muitas reuniões, possibilitou que outros temas importantes para a comunidade fossem discutidos com mais proximidades, como, por exemplo, o dilema com o transporte dos estudantes e a necessidade de atendimento médico nos dois bairros rurais. Contudo, as múltiplas necessidades das comunidades foram envolvidas com o projeto de transição e as expectativas se tornaram ainda maiores. Ao mesmo tempo em que a ação e a participação nas decisões sobre a transição eram suplantadas pela rigidez do método estabelecido.

Ação e participação para o desenvolvimento rural local

O período de transição foi de três anos, na intenção de que o ciclo de desintoxicação da terra se completasse. Esse tempo foi considerado suficiente para converter as lavouras manejadas com os insumos industrializados em lavoura orgânica de manejos ecológicos. Contudo, ao final do terceiro ano de transição, havia três cafeicultores no processo de transição. Os demais foram desistindo aos poucos e, apesar das boas intenções e das diversas políticas públicas acionadas para que o projeto de desenvolvimento rural possibilitasse a melhoria da renda e da qualidade de vida das famílias, os agricultores não se sentiram contemplados no processo de transição por que este, ao definir as atividades a serem realizadas, não considerou a necessidade econômica e alimentar da família. O método de transição ao especificar como e quando o agricultor deveria agir, desconsiderou a necessidade da família de gerir a propriedade e a casa com a renda da cafeicultura.

Por que o método de transição não foi adequado? Quais foram as dificuldades? O que desmotivou os agricultores e comprometeu a transição para a cafeicultura orgânica? Para os agricultores entrevistados na pesquisa, as técnicas

de transição começaram a ser definidas unilateralmente, e não satisfizer as necessidades e as possibilidades de gestão deles. Ainda segundo os agricultores, os cursos de formação e a mudança abrupta do manejo das lavouras foram as principais divergências dos agricultores com o método de transição. Segundo a entrevista XI, o agricultor afirmou desconhecimento dos processos de transição e assegurou que, mesmo desacreditando das técnicas sugeridas pelos mediadores, realizou as atividades como sugeridas por eles.

Ao se compreender que a dinâmica da transição orgânica é estabelecida quando os atores sociais apropriam-se dos instrumentos de sua realização como, por exemplo, ao verbalizar as dúvidas, mencionar dificuldades, discordar, opinar, escolher, definir, etc., compreende-se a participação como forte indicativo de apropriação nos processos sociais de mudanças. Assim, compreende-se que ações desempenhadas pelos atores estão sob seu próprio poder de tomada de decisão e sob suas escolhas. Entretanto, a legitimação do saber científico e acadêmico na sociedade e a crença de que o mediador é mais instruído e mais estudado delegam ao agricultor uma posição subordinada e um espaço de ação reduzido. Se o método de transição não permitiu a troca de saberes e o desenvolvimento de habilidades específicas de cada agricultor para com suas lavouras, corroborou com a legitimação do saber institucionalizado e engessou a construção do conhecimentos voltados para agriculturas de base ecológica, visto que este se constitui por meio da diversidade social do mundo rural e dos experimentos realizados por estes atores segundo seus estilos de fazer agricultura.

Nessa perspectiva, cabe afirmar que os envolvidos nos processos de transição ecológica somente acionarão os instrumentos participativos e se valerão de suas decisões se lhes for estimulado o empoderamento. A participação

como elemento central de apropriação nos processos de mudanças sociais permeia teoria e prática no que tange à busca por adequações sociais e tecnológicas para a agricultura familiar (PLOEG, 2000). De tal modo, a participação constituiu-se em instrumento determinante para a compreensão do PCL.

A proposta de desenvolvimento rural do PCL com sua abordagem ecológica e de sustentabilidade impulsionou uma mudança de mentalidade do agricultor de Lerroville, questionou-o sobre seus modos de fazer agricultura e o fez pensar acerca de suas práticas. No quesito educação ambiental, o PCL influenciou até mesmo as crianças das comunidades e agradou as mulheres/mães que passaram a ter a certeza que o trabalho dos companheiros nas lavouras não prejudicaria sua saúde. Entretanto, no momento em que o projeto passou a ter “vontade própria”, nas pessoas de seus mediadores, a construção coletiva da prática transição se perdeu nas etapas do método mandala.

Dessa maneira, buscou-se, no arcabouço teórico-metodológico da abordagem Agroecológica, assim como na Perspectiva Orientada pelo Ator e nas ferramentas participativas de elaboração e desenvolvimento de projetos sociais, rurais e comunitários respaldo para fundamentar as análises e as interpretações sobre o PCL no que tange o critério participação. Considerou-se que um dos elos que unem as formas de ação à leitura e interpretações da realidade é o fator participação, por estimular a compreensão holística da complexa relação interpessoal entre o homem e a natureza, uma vez que a diversidade de compreensões e as representações são consideradas nas decisões. Desse modo, o próximo item tratará da transição agroecológica como instrumento de construção do conhecimento Agroecológico e empoderamento social dos atores em relação a transição orgânica

tratada no PCL.

Ponto de vista para análise

A participação dos atores sociais como forma de estímulo e empoderamento para o desenvolvimento rural tem inspirado reflexões e teorizações em diversas áreas do conhecimento. As metodologias participativas são a expressão disso nas ciências humanas e agrônômicas. Por sua vez, as metodologias participativas têm denunciado o fator comunicação como fundamental para a realização de trocas de saberes e organização dos processos de transição. A escolha da linguagem e o uso dos símbolos adequados podem contribuir significativamente, ao mesmo tempo em que podem comprometer o desenvolvimento de projetos e trabalhos coletivos.

Embora metodologias de transição para uma agricultura de base ecológica tragam, em geral, a noção de participação dos atores, a sua efetivação por meio da comunicação e da ação pode ser comprometida se o conjunto de métodos utilizados para a transição estiver previamente estabelecido e impossibilitar o trânsito de novas variáveis. Os aspectos socioculturais das comunidades rurais estudadas, por exemplo, não foram contemplados pela metodologia do processo de transição em Lerroville no momento que começou a interferir na manutenção da sociabilidade das famílias, geralmente fomentada aos sábados à tarde, durante as partidas de futebol e, durante os feriados santos. Quanto aos aspectos econômicos, e digamos que estes tenham sido os de maior impacto direto na gestão familiar, influenciaram diretamente a decisão dos agricultores, uma vez que com a queda da produção diminuiu também a renda da família.

O rearranjo encontrado pelos agricultores, além de desencadear a insatisfação dos mesmos com o projeto de transição, acarretou o retorno ao manejo convencional dos cafezais e, em vários

casos acarretou o abandono da agricultura como fonte de renda e reprodução social da família. Alguns dos filhos dos agricultores envolvidos no projeto se mudaram para a zona urbana em busca de outras oportunidades de emprego.

O processo de transição é munida de complexidade, pois a relação dos agricultores e seus familiares e a relação da própria comunidade com a mudança de sistema de produção não são puramente produtivistas. Ela [a relação] está imersa nas outras esferas sociais que compõem o corpo social e constituem o próprio agricultor. No caso, os agricultores que iniciaram a transição e desistiram do processo foram cobrados dentro e fora da família. Dentro da família no momento em que os filhos partiram em busca de novos empregos, e fora da família - e aí se diga socialmente -, no momento em que a comunidade lhe indagou sobre o resultado da aventura a que se dispôs.

Tratar da transição como objeto de pesquisa e reflexão é também permear, se não assumir, que o conhecimento Agroecológico é a variável e a base em que se apoiam os processos de transição. A transição agroecológica coloca-se como um redesenho do agroecossistema, um refazer das condições sociais de trabalho e um desenvolvimento de tecnologias sociais adequadas ao homem e ao meio ambiente.

Dessa maneira, buscou-se uma abordagem teórico-metodológica para dar conta de explicar como o projeto de Lerroville, pautado pelo aparato de financiamentos, créditos e assistência técnica do Estado, deixou a desejar ao se propor transição orgânica. Quando se avalia a autonomia dos agricultores no processo e as suas próprias ações, como, por exemplo, de migrar para um novo sistema de produção, pode-se afirmar que a decisão em iniciar a transição para uma cafeicultura orgânica esteve restrita a eles, e somente a eles, na perspectiva e expectativa de ascensão social e reconhecimento perante a

história de vida e construção da cafeicultura paranaense. Entretanto, a definição de como e quando realizar a transição esteve saiu de suas ossadas e partiu para a institucionalização do processo como um todo, desde o método até a comercialização.

Talvez tão importante quanto os aparatos do Estado (as instituições) seja a metodologia e/ou as tecnologias incluídas nas propostas de desenvolvimento. Uma das mazelas dos modelos de desenvolvimento padronizados - que privilegiam o exógeno - expõe o quão superficial e não familiar são as tecnologias e as metodologias empregadas nos projetos de desenvolvimento (CANUTO, 2005). Dessa forma, entende-se que, para os processos de transição, a construção do conhecimento Agroecológico assume fundamental relevância (PETERSEN, DIAS, 2007), não só por ser a possibilidade de acúmulo de experiências práticas mas também por enfatizar que a Agroecologia se propõe ciência pelo fato de estar constantemente em construção e permitir a adequação tecnológica e o uso dos saberes locais, segundo as especificidades, em suas propostas de desenvolvimento.

Nesse sentido, para a construção do conhecimento Agroecológico (teoria), tem-se a transição agroecológica (prática), e esta, em seu sentido semântico, remete-nos à ideia de: estar em um modo e passar para outro distinto, o que implica processo (COSTABEBER, 1998), e processo social. Para Costabeber (1998), a transição agroecológica não é apenas um processo natural e físico, monitorável ao longo do tempo e do espaço. Inclui processos sociais carregados de externalidades, com suas complexas redes de relações e interações de atores sociais com o meio ambiente. Essa compreensão da transição como físico e social aproxima o termo 'transição' de um conceito sociológico, que incorpora à análise o papel dos atores sociais como pessoas providas de poder de

movimento dentro dos processos – a agência (COSTABEBER, 1998).

Há também, na construção do conhecimento Agroecológico, o uso do termo transição em seu sentido mais técnico, de mudança de status, em que o uso habitual refere-se a níveis de conversão dos agroecossistemas e fases de conversão (GLIESSMAN, 2005). A estratégia, nesse caso, é valer-se de momentos hierárquicos de transição, a fim de atingir o redesenho do agroecossistema e indicar, assim, o foco do processo às respostas do ambiente, desprivilegiando, todavia, a participação/agência dos atores.

Contudo, compreender a transição não apenas por meio das respostas do ambiente e do redesenho do agroecossistema mas também como processo social, permeado das escolhas dos atores, permite-nos relacioná-la com abordagens que atribuem ao ator o poder de mudar a direção da sociedade e/ou influenciar os processos de mudança social. Assim, associa-se a abordagem Agroecológica com a Perspectiva Orientada pelo Ator (POA), que, ao considerar o ator social sujeito que age e toma decisões, possibilita a interpretação e análise do PCL e permite distinguir os limites do projeto e as suas possibilidades no cenário configurado.

Para van der Ploeg (2000), as teorias que não atribuem ao homem a capacidade de mudar a direção da sociedade são simplificadoras, deterministas e excluem da análise a possibilidade das pessoas influenciarem os processos de mudança com suas escolhas e negações. As teorias que atribuem o papel central das mudanças às estruturas e as instituições engessam em suas análises a possibilidade de compreender como os atores tomam decisões e agem cotidianamente. Essas conduzem a análise no sentido de que o ator social é determinadamente retido nos macroprocessos históricos e sociais sem a liberdade de escolha, como se tudo estivesse determinado

historicamente.

O desafio nas Ciências Sociais é justamente compreender a relação entre a estrutura e os atores, e compreender como essa relação indica a insuficiência explicativa de algumas teorias. Algumas teorias acentuam a natureza de exploração e a tendência expansionista do capitalismo como motivadores de suas reflexões, ou seja, concebem o desenvolvimento da sociedade contemporânea como um movimento progressivo que tende a integrar tecnologia e institucionalidade às formas sociais – o mito do moderno e do progresso.

No que tange à mudança social e ao papel dos atores em seus cotidianos, Long (2001) destaca que as perspectivas citadas veem a mudança social e o desenvolvimento nos espaços rurais como advindos e decorrentes dos centros de poder externos aos atores e às localidades. São teorias que desprivilegiam as práticas auto-organizadoras dos que habitam o rural e assumem, para as estruturas, o protagonismo dos processos de desenvolvimento.

Ademais, a Perspectiva Orientada pelo Ator busca observar e compreender como grupos sociais possuem diferentes modos de enfrentar as mudanças e criar espaços para influenciá-las e, ao mesmo tempo, instigar o desenvolvimento. Segundo Deponti (2007), ao comentar Long (2001), o desenvolvimento resulta de um longo processo de experimentação e inovação social, e é por esses processos que as pessoas constroem habilidades, estratégias, discursos, assim como criam confiança em si mesmas e buscam promover o crescimento econômico, a equidade, a renda e a liberdade política. Dessa forma, intrínseco a isso está o papel das instituições, dos agentes de desenvolvimento e dos mediadores dos projetos, que, com participação e orientação, contribuem ou não para o empoderamento e envolvimento dos atores sociais.

Os mediadores, também atores sociais que

compõem o cenário do desenvolvimento rural, são peças fundamentais do processo. Costabeber (1998) se refere à transição agroecológica como processo social, e remete a discussão à esfera das interrelações dos atores como determinantes no desdobramento das atividades de transição e de desenvolvimento rural. Para essa reflexão Long (2001) discute e apóia-se na afirmação de que as interrelações dos atores geram as práticas de intervenção. A interação das partes e os grupos tratam-se do momento de troca ou de imposição de conhecimento, geralmente incitado pelo detentor do conhecimento científico, que, por sua vez, na maioria dos casos, é mantido pelo aparato institucional do Estado.

Portanto, a abordagem Agroecológica e a Perspectiva Orientada pelo Ator privilegiam em suas análises a participação e os métodos de participação dos atores sociais envolvidos nos desdobramentos do mundo rural e possibilitam a análise de racionalidades, desejos, capacidades e práticas dos agricultores. Dessa forma, permitem a construção de um paradigma para a análise do desenvolvimento rural centrado na noção de sustentabilidade das atividades agrícolas e pecuárias, considerando a localidade e o conhecimento local como pontos iniciais.

As contraditoriedades da proposta de transição do PCL

O Projeto Café de Lerroville (PCL) foi constituído pela articulação das instituições mediadoras locais: a assistência técnica e extensão rural - ATER, instituto de agricultura orgânica, rede de comércio justo e solidário, e os cafeicultores organizados de Lerroville para desenvolver as comunidades rurais, agregar valor ao café produzido pelas famílias e inseri-los no debate sobre sustentabilidade como promotores do desenvolvimento. A ATER do município recorreu a recursos de fomento à agricultura ecológica e acionou recursos do Banco Mundial para a construção do barracão da minitorrefadora.

Houve também a participação do instituto de agricultura orgânica no que tange à utilização do método e de recursos humanos, muito embora o instituto tenha se distanciado quanto ao fato de não haver recursos financeiros para passar pela instituição. A rede de comércio justo e solidário do município participou na articulação e negociação, com uma organização não governamental francesa da compra de café dos agricultores. A participação dos agricultores constituiu em colocar suas lavouras de café convencionais em transição para lavouras ecológicas, o que necessitou do apoio dessas instituições e organizações. Porém, a metodologia de trabalho desse grupo teve pouca abertura para construção e inserção das variáveis locais e, assim, orientou e determinou as atividades e o tempo das etapas do método.

O elemento técnico-metodológico usado de forma pronta determinou as demais contradições no processo de transição, que, com procedimentos definidos segundo treze atividades ordenadas, teve prazo de três anos para ser concluído. O processo de transição incluiu, além da mudança do sistema produtivo, a certificação, a organização dos agricultores em cooperativa, a construção da minitorrefadora e a exportação para a França. Os cafezais tinham em média 35 anos e responderam lentamente à técnica de substituição de insumos, o que provocou uma brusca queda da produtividade no primeiro ano.

A certificação, além de ser uma etapa cara e dependente de instituições certificadoras, também requereu que todas as etapas anteriores, inclusive a conclusão de um período de três anos sem uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, estivessem concluídas para que fosse concedido o selo de "produto orgânico".

A minitorrefadora de caráter comunitário também foi proposta pelo projeto e foi mais uma administração desafiadora para os agricultores. O recurso para a construção do barracão foi obtido no Banco Mundial e as máquinas foram doadas por projetos encaminhados pela extensão rural

(EMATER-PR) e do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR). Contudo, a obra não foi concluída até o presente momento, por problemas com a construtora licitada, o que significou para os agricultores uma derrota, já que a ideia de cooperativa esteve associada à construção do barracão e à perspectiva de funcionamento da minitorrefadora.

A metodologia ordenada por atividades dispostas em um organograma foi apropriada de um instituto de agricultura e seguiu, ordenadamente, as seguintes etapas: sensibilização; apresentação do método de transição; planejamento e diagnóstico; realização do diagnóstico; encontro de marco zero; visitas técnicas a outros agricultores; intercâmbios; palestras; definição da atividade agrícola; formação da cooperativa; planejamento e organização da instituição; certificação; comercialização. Essas etapas preestabelecidas deixaram pouco espaço para as variáveis próprias da comunidade, como, por exemplo, o conhecimento acumulado do agricultor, as suas necessidades produtivas e, conseqüentemente, econômicas, ou as necessidades provindas da autonomia que o agricultor possui para realizar as escolhas de como prover a gestão da propriedade. De tal modo, o agricultor necessita autonomia para escolher em quanto tempo que ele quer realizar a transição para que ela impacte minimamente a reprodução social da família e a gestão da propriedade.

Ao iniciar a mudança do sistema de produção dos cafezais, os agricultores depararam-se com uma lógica de gestão semelhante à lógica desenvolvida até então, sistema convencional. O diferencial esteve no tipo de insumo utilizado. A transição previa, primeiramente, uma substituição de insumos químicos por insumos orgânicos e, para o agricultor, foi determinada a incumbência da gestão e usos dos novos insumos. Os insumos

orgânicos como o pó de rocha, húmus e a cama de frango, indicados na primeira atividade da transição, eram insumos não disponíveis no Distrito de Lerroville, e, quando disponíveis possuíam preço alto, tornando-se inacessíveis e inviáveis economicamente.

As caldas também eram provenientes de compras e misturas que os agricultores aprenderam a fazer. Nessa etapa, houve estranhamento dos agricultores uma vez que a composição da calda devia ser preparada para o uso. No modelo convencional, os agricultores compravam os fertilizantes químicos por meio das associações, e por se tratar de insumos fáceis de encontrar nas agropecuárias locais e região, esses eram entregues na residência do agricultor. Com os insumos orgânicos, houve a necessidade de reorganizar a cadeia das atividades e dispensar as várias facilidades ofertadas pelo uso dos agrotóxicos e fertilizantes.

Para a transição, além da utilização de insumos orgânicos externos já citados, os agricultores foram orientados a plantar leguminosas de adubação verde, como feijão guandu e leucena, nas entrelinhas do cafezal, para servirem de matéria orgânica a ser incorporada e auxílio na manutenção da fertilidade dos solos, controle de erosão, estímulo da presença de minhocas e controle de organismos que causam doenças, como os nematoides.

O uso das leguminosas nas entrelinhas, no entanto, impediu a prática comumente adotada na localidade do cultivo de outras espécies para o consumo da família e dos animais do entorno da casa, como, por exemplo, milho, mandioca, abóbora, e pequenas hortas. Assim, a técnica de fertilização interferiu nas demais atividades produtivas praticadas nas entrelinhas, que eram realizadas especialmente pelas mulheres. Nesse caso, a adequação sociotécnica² (DAGNINO, 2009) da transição deveria conciliar a prática de

fertilização com adubos verdes com a continuidade dos plantios de alimento para autoconsumo nas entrelinhas. A inexistência de adequação social e técnica, além de desconsiderar a participação dos agricultores, condicionou as respostas do ambiente por falta de tempo hábil para que o agroecossistema reagisse expressiva e positivamente à mudança de fertilização, o que resultou na queda de produtividade, não compensada pelos esporádicos ingressos de renda familiar.

O processo de transição definiu as tomadas de decisão dos agricultores em relação a se manter na proposta estabelecida ou abandoná-la. A decisão de se manter na transição esteve relacionada a atingir os objetivos iniciais de comercialização de café com a França, melhores preços e, conseqüentemente, ascensão social para as famílias cooperadas da COASOL. Para os agricultores, abandonar a transição significou mais do que deixar a oportunidade de ascensão social, significou assumir uma responsabilidade e um estigma social de incapacidade de produzir de forma inovadora e moderna.

O fato da constituição da COASOL ter se dado pela união das duas associações locais de agricultores, especificamente para a comercialização na rede de comércio justo solidário, gerou uma indisposição dos agricultores para com a realização das atividades. A junção das associações da Laranja Azeda e da Limeira indicou a junção de dois modos de ver a gestão das propriedades, uma de viés empreendedor e outro de viés quase de subsistência. Por mais que os agricultores tivessem perfis semelhantes, e mantivessem um bom relacionamento, até mesmo de parentesco e compadrio, partilhavam de muitos códigos e símbolos particulares às suas comunidades, fatos desconsiderados ao longo do projeto.

Na Laranja Azeda, as famílias possuem graus de parentesco e/ou se reconhecessem como

família. Assim, a definição compadre/comadre é recorrente para se referir aos membros das demais famílias. Além do que, na Laranja Azeda, as propriedades são menores do que na Limeira, e a referência na atividade produtiva é estritamente a cafeicultura. Não há a participação de outras atividades produtivas, como há na Limeira. Nesse bairro, os agricultores possuem como fonte de renda também atividades como, “bicho da seda”, grãos, e trabalhos pluriativos. A quantidade de terra é uma característica da Limeira. As propriedades são um pouco maiores, e os agricultores dessa comunidade se reconhecem como empreendedores e inovadores. A diversificação dos estilos de agriculturas nos bairros rurais é outro elemento que exige que o método de transição dê margem para as diversas adequações que cada agricultor tem o direito e a necessidade de definir.

O lazer e as festas são praticamente ligados às atividades religiosas nas duas comunidades, mas na Laranja Azeda a participação da mulher é fundamental na administração e na organização desses espaços de encontros que fazem dessas ocasiões momentos de manutenção da sociabilidade e dos costumes - importante desde o preparativo da festa, por reunir as mulheres para o preparo das receitas, até a organização e realização. Segundo Sahlins (1990), na tradição, mais importante que a manutenção passiva dos costumes é a capacidade de culturas reagirem ao presente mantendo vínculo com o passado, como forma de perpetuação da reprodução social. Assim, o refazer da herança a cada festividade, além de manter viva as tradições e a história de vida – quase história oral – a comunidade reinterpreta, continuamente, seus valores tradicionais baseados na cafeicultura, “no modo de vida caipira” como diria Antonio Candido (1980) e na introdução das novas variáveis.

Na Limeira, a lógica de organização é similar, embora haja mais famílias que Laranja Azeda,

onde a sociabilidade está intrínseca à festa familiar. Na Limeira, a sociabilidade diz respeito às reuniões de vizinhos e agricultores da região, que são tipicamente organizadas pelos homens. Elementos como esses destacam a semelhança das comunidades e apontam as pequenas noções que as diferenciam, por possuírem um código de reconhecimento e uma unidade própria.

O fato de as comunidades estarem organizadas em associações distintas é indício de que a afinidade de seus membros é particular ao reconhecimento e ao fato de ser Limeira ou de ser Laranja Azeda. Os bairros rurais, com suas características de unidades de fomento identitário (CANDIDO, 1982), conservaram, ao longo do tempo, as relações de reciprocidade das comunidades, responsáveis pela formação de redes sociais e pela manutenção da sociabilidade e do refazer da herança sociocultural e socioprofissional.

O método de transição minimizou a dinamicidade do processo social da transição e o reduziu a aspectos puramente técnicos, até mesmo por ter modificado a dinâmica organizacional de lazer e festejos das comunidades. A transição, e todas as suas atividades intrínsecas, permeadas por reuniões e viagens, ocasionaram o distanciamento da propriedade por parte de alguns agricultores, justamente aqueles que estiveram envolvidos em viagens e reuniões técnicas também nos finais de semana. Embora as atividades de transição - enquanto conjunto de tarefas - eram entendidas como necessárias pelos agricultores, o tempo ocupados por elas impossibilitou a realização de tarefas de cunho social e comunitário. Quando as reuniões se estendiam até o final da tarde de sábado implicava na renúncia da partida de futebol. Nos dias de chuva, em que havia reuniões do projeto, os agricultores e suas famílias não podiam ir à cidade. E cabe ressaltar, que para o

agricultor, o dia de chuva é a oportunidade dele e da família ir para cidade fazer compras e resolver compromissos pendentes.

A transição como processo social de construção de conhecimento requer que tanto as metodologias quanto os agricultores interiorizem; no caso do método: as novas variáveis e as especificidades locais, e no caso do agricultor: um novo habitus produtivo. Os agricultores, como atores dotados de poder de escolha, são determinantes para o sucesso da transição. Entretanto, a transição, em seu aspecto técnico, requer adequações às condições sociais e tecnológicas locais. O método, ao incorporar a lógica de uso de insumos externos, enquadrando o processo de transição a um processo de substituição de insumos químicos por insumos orgânicos, e esteve adverso à proposta de transição agroecológica como processo social de construção do conhecimento e uso de técnicas, saberes e tecnologias adequados aos agricultores.

Ao privilegiar a troca de insumos, o método de transição restringiu a diversidade de possibilidades que poderiam ser propostas pelos agricultores na tentativa de resolver seus problemas mais emergentes. Também, por estabelecer prazo de término, o método não considerou o impacto que a transição poderia acarretar aos agricultores que tinham na produção de café o balizador econômico das propriedades e das famílias. A adequação, nesse caso, toma importância primordial relacionada a vida e reprodução da família. Porém, cabe destacar, que em meio aos desencontros e expectativas frustradas, os agricultores internalizaram resignificaram e reproduziram o que lhes pareceu mais significativo em meio a todas as dificuldades de transição.

Apesar, das dificuldades de uso da adubação verde nas entrelinhas, os agricultores, mesmos

após terem abandonado o processo de transição, mantiveram a adubação verde como maneira acessível e eficiente de incorporar matéria orgânica ao solo. A explicação dada para isso é, que, há formas de produzir alimento nas entrelinhas associada à adubação verde. A solução encontrada por eles, segundo relatos, foi o de intercalar os plantios nas entrelinhas, ou, em alguns casos, de retirar o alimento e em seguida plantar o adubo verde de período curto.

A transição agroecológica como base da construção do conhecimento agroecológico precisa se valer da diversidade de estilos de agriculturas e de agricultores, para se utilizar dos conhecimentos socioculturais e socioprofissionais desses a fim de aproximar o processo de transição de um processo de reconhecimento e de adequação social e técnica. A transição para a sustentabilidade agropecuária deve evitar a mera substituição de insumos. Deve agir na perspectiva de interiorização de um novo procedimento do agricultor, um novo habitus produtivo, e deve considerar a complexidade das relações sociais e as especificidades das interações entre os grupos. A metodologia de transição, ao considerar o agroecossistema, deve considerar também que o manejo é realizado por um ator que toma decisões e é constituído por um social complexo e diverso.

Algumas considerações

Na busca da superação das dificuldades históricas de produção e comercialização do café, os agricultores vislumbraram na transição para a cafeicultura orgânica a oportunidade de mudança da condição de vida e trabalho. Entretanto, a comercialização por meio do comércio justo e solidário se apresentou cada vez mais como uma incógnita a ser desvendada e um desafio a ser superado, que, nas ditas condições, se apresentaram mais distantes e mais inatingíveis a cada atividade do método de transição.

A incorporação de um novo habitus produtivo

ao longo do tempo mescla o conhecimento existente com o conhecimento interiorizado sobre a agricultura de base ecológica e redefine o cafeicultor de Lerroville. O cafeicultor herdeiro das práticas e da tradição não chegou a existir enquanto cafeicultor de base ecológica e cooperado da COASOL, mas o acúmulo de experiências que o processo de transição lhe forneceu, sem dúvida, ressignificou suas atividades e até mesmo seus modos de vida.

A metodologia de transição, por possuir uma lógica de atividades determinadas, definiu o envolvimento dos agricultores por inviabilizar o fluxo das variáveis locais e impediu a expressão e a comunicação horizontal entre os atores. Os agricultores, ao manter a cafeicultura como fonte de renda mais expressiva na gestão da família e da propriedade, estiveram imersos também na dinâmica do monocultivo, razão pela qual a queda da produção durante a transição atingiu significativa e comprometeu a reprodução social da família. As dificuldades financeiras passadas pelos agricultores e seus familiares condicionou a ida de seis famílias para as cidades, e possibilitou que mais filhos e filhas das comunidades encontrassem trabalhos não agrícolas no entorno de Lerroville e no município de Londrina.

Quando as pessoas se remetem ao PCL, logo se vê que há dois discursos recorrentes: o de mais visibilidade, aqui metaforicamente definido como os aspectos aparentes, aqueles que estão no palco da discussão e geralmente é o discurso que estigmatiza o agricultor e determina o término da experiência do PCL pela cultura e pelo modo de vida do agricultor, culpando-o pelo o insucesso do PCL, e atribuindo ao seu modo de vida pouco empreendedor o não sucesso a proposta de transição. Essa ideia é relacionada a não adequação do agricultor às orientações proferidas pelos mediadores do projeto, no sentido de que os agricultores não exerceram seus papéis corretamente e não desempenharam o que lhes

foi atribuído.

O outro discurso corrente, metaforicamente definido como os bastidores da transição, é o das comunidades que viveram o processo de transição. Para a comunidade, as tecnologias de transição definidas pelos extensionistas não condiziam com a realidade das famílias e das lavouras. Os insumos exógenos, de difícil aquisição e transporte, além dos preços altos e da demora de entrega nas propriedades, não fizeram com que as lavouras respondessem da forma como os agricultores desejaram - no curto espaço de tempo - o que comprometeu a produção. A inadequação sociotécnica desconsiderou as demais atividades produtivas e sociais da propriedade, de modo que se pode afirmar a importância das questões socioculturais e dos estilos de agricultura como determinantes no desenvolvimento do PCL. Portanto, a metodologia, ao dar ou retirar o espaço de atuação do ator social, determina o envolvimento e a participação desse nos processos de mudança social. Enfatiza-se que caso se pretenda utilizar métodos de transição já utilizados em outros projetos de desenvolvimento rural voltado para a agricultura de base ecológica, necessariamente esse método deve ser reelaborado e ressignificado com o novo grupo de atores para inclusão das suas especificidades e suas questões mais relevantes. A transição deve buscar ainda a transição agroecológica do agroecossistema, sem tempo determinado para começar e terminar, e visando o funcionamento harmônico de homem e natureza na arte de fazer agricultura.

Notas

1 Definição territorial usada pelos historiadores para se remeterem à mesorregião Norte Central na primeira fase de colonização.

2 Processo que permite a exploração da autonomia técnica, social e política para a exploração de rotas alternativas de

desenvolvimento tecnológico. Para outras informações ver: DAGNINO, R. **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Brasília: Companhia de comunicação, 2009.

Referências

- ALMEIDA, A. M. C. **A morada do vale: sociabilidade e representações, um estudo sobre as famílias do Heimtal**. Londrina-PR: Editora da UEL, 1997.
- ALMEIDA, C. C. S. O Processo de inserção das associações rurais ACAL e APRALA no comércio justo. 2005. (Dissertação de Mestrado em geografia, meio ambiente e desenvolvimento), Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2005.
- ARIAS NETO, J. M. **O Eldorado: representações da política em Londrina, 1930/1975**. Londrina-PR: Editora da UEL, 1998.
- BOLOGNESI, R. Propaganda e ideologia: a constituição de um discurso sobre Londrina e Região. 2003. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina/Londrina-PR, 2003.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4 edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CANCIAN, N. **A Cafeicultura paranaense 1900-1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. 6 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.
- CANUTO, J. C. Metodologia da pesquisa participativa em Agroecologia. Seminário Estadual de Agroecologia. São Luiz - MA. **Anais...**, abril, 2005.
- COSTABEBER, J. A. Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil. 1998. (Tese de Doutorado em Agroecologia, Campesinato e Historia), ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, Espanha, 1998.
- DAL SOGLIO, F.K.; MACHADO, A. T.; OGLIARI, J. B.; ALMEIDA, J.; BOEF, W. S de. Agrobiodiversidade, agricultura familiar, biotecnologia e estruturas institucionais no Brasil. In: De Boef, W.S.; Thijssen, M.; Bernardi Ogliari, J.; Sthapit, B.. (Org.). **Estratégias Participativas de Manejo da Agrobiodiversidade**. 1 ed. Florianópolis, 2006, p. 29-41.

- DAGNINO, R. **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Brasília: Companhia de comunicação, 2009.
- DAROLT, M. R. As dimensões da sustentabilidade: um Estudo da Agricultura Orgânica na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná. 2000. (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, 2000.
- DEPONTI, C. M. O processo de desenvolvimento rural à luz da perspectiva orientada ao ator: o caso da extensão rural brasileira. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER, 2007, Londrina. Conhecimentos para Agricultura do Futuro**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007. 1 CD.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- IBGE, **Cidades. Lavouras permanentes. Londrina - PR, 2007**. <Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso, 26/10/2009>
- LONG, N. **Development sociology: actor perspectives**. London and New York: Routledge, 2001. 293 p.
- PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- PETERSEN, P.; DIAS, A. (org). **Construção do conhecimento agroecológico**. Rio de Janeiro: ANA, 2007.
- PLOEG, J. D. Rural Development: form practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, 2000.
- SAHLINS, M. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1990